

Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 2435J-057-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas e administradores,

A Administração da Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (Simpala CFI), em atendimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

A Simpala CFI é uma sociedade de capital fechado com sede em Porto Alegre/RS, foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen em dezembro de 2019, e possui, como objeto social, a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Companhias de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Desempenho dos Negócios

Desde o início de suas atividades, a Simpala CFI passou a dispor de mais agilidade e flexibilidade para a gestão do braço financeiro da Simpala CFI, podendo inclusive, oferecer novos produtos e serviços aos clientes, gerando maior relacionamento e interatividade com o Grupo Simpala.

Principais destaques do ano:

- As receitas da intermediação financeira apuradas no exercício de 2023 que foram na ordem de R\$ 32.950 mil (R\$ 23.584 mil no exercício de 2022), apresentando um crescimento de 39,71%.
- A carteira de operações de crédito finalizou o exercício de 2023 com um saldo de R\$ 135.364 mil (R\$ 106.757 mil exercício de 2022), apresentando um crescimento de 26,80%.
- A carteira de depósitos a prazo encerrou o exercício de 2023 com um saldo de R\$ 219.181 mil (R\$ 111.408 mil em dezembro 2022), apresentado um crescimento de 96,74%.
- As operações foram concentradas nas carteiras de CDC veículos com uma produção de R\$ 16.987 mil no exercício de 2023 (R\$ 31.561 mil no exercício de 2022), apresentando uma redução de 46,18%; e
- Consignado público com uma produção de R\$ 56.798 mil no exercício de 2023 (R\$ 19.199 mil no exercício de 2022), apresentado um crescimento de 195,84%.

Reafirmamos nosso compromisso e esforços para o aprimoramento das estruturas Administrativas, Tecnológicas, Compliance e Gestão de Riscos.

Declarações da Diretoria

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis da Simpala CFI, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 autorizando sua emissão em 07 de maio de 2024.

Agradecimentos

Para finalizar, agradecemos aos acionistas, clientes, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução dos negócios e permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Porto Alegre - RS, 07 de maio de 2024.

A direção

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na Seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião com ressalva

Reconhecimento de receita

Conforme Notas Explicativas nº 7 e nº 18.3, em 31 de dezembro de 2023, a Instituição possui registrado contabilmente em seu ativo na rubrica de “Outros créditos” (conta “Títulos e créditos a receber”) o saldo de R\$ 79.514 mil, correspondente à aquisição de títulos e créditos a receber sem coobrigação com parte relacionada. Essas transações são realizadas com deságio e a sua contrapartida, diferença entre o valor nominal dos títulos de crédito e o custo de aquisição, foi reconhecida integralmente como receita no resultado do exercício e do semestre findos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 14.551 mil e R\$ 2.544 mil, respectivamente, contrariando o disposto na Resolução CMN nº 4.924, de 2021, a qual determina que as receitas devem ser reconhecidas *pro rata temporis*, considerando o número de dias corridos. Com base em nossos procedimentos de auditoria, verificamos que, o montante que deveria ter sido registrado contabilmente como receita, em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, é de R\$ 5.649 mil e R\$4.186 mil, no exercício e o semestre findos em 31 de dezembro de 2023, respectivamente. Consequentemente, o ativo está superavaliado em R\$ 8.902 mil, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 5.341 mil, em 31 de dezembro de 2023, e o resultado do semestre encontra-se subavaliado em R\$ 985 mil, em 31 de dezembro de 2023, líquido dos efeitos tributários.

Outros créditos e outros valores e bens

Conforme Notas Explicativas nº 7 e nº 8, em 31 de dezembro de 2023, a Instituição possui registrado contabilmente nas rubricas “Outros Créditos” e “Outros Valores e Bens” (contas “Créditos Diversos”, “Outras despesas antecipadas” e “Comissões a diferir”) do ativo circulante, os montantes de R\$ 687 mil, R\$ 378 mil e R\$ 4.425 mil, respectivamente, para os quais, até a presente data, não nos foi apresentada documentação suporte e conciliação contábil para os valores registrados. Desta forma, não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes de auditoria, bem como realizar outros procedimentos persuasivos de auditoria que possibilitassem corroborar estes montantes registrados. Consequentemente, não foi possível determinar os efeitos de eventuais ajustes, se houverem, nas demonstrações contábeis da Instituição, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022

As demonstrações contábeis da Instituição relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, datado de 11 de abril de 2023, continha opinião com ressalva decorrente dos seguintes assuntos: i) da ausência de estudo técnico para suportar a realização dos tributos diferidos registrados contabilmente., que foi elaborado pela administração para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023; e ii) sobre a ausência de documentação suporte e conciliação contábil para as rubricas de “Outros Créditos e Outros Valores e Bens”, mesmo assunto tratado neste Relatório..

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

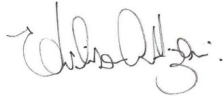
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de maio de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Simpala S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em reais mil)

		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ATIVO CIRCULANTE	Notas	<u>100.525</u>	<u>51.614</u>
Disponibilidades	5	66	186
Instrumentos financeiros		<u>62.854</u>	<u>45.844</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.522	3.832
Operações de crédito	6	65.047	51.181
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito	6	(9.715)	(9.169)
Outros créditos		<u>36.362</u>	<u>4.889</u>
Diversos	7	36.362	4.889
Outros valores e bens		<u>1.243</u>	<u>695</u>
Despesas antecipadas	8	1.243	695
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>129.698</u>	<u>68.451</u>
Instrumentos financeiros		<u>64.437</u>	<u>50.121</u>
Operações de crédito	6	70.317	55.576
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito	6	(5.880)	(5.455)
Outros créditos		<u>59.566</u>	<u>16.247</u>
Créditos tributários	7	11.053	8.651
Diversos	7	48.513	7.596
Outros valores e bens		<u>5.028</u>	<u>1.455</u>
Despesas antecipadas	8	5.028	1.455
PERMANENTE		<u>667</u>	<u>628</u>
Imobilizado		<u>628</u>	<u>560</u>
Imobilizado em curso	9	909	681
Depreciações acumuladas	9	(281)	(121)
Intangível		<u>39</u>	<u>68</u>
Outros Intangíveis	9	170	167
Amortizações acumuladas	9	(131)	(99)
TOTAL DO ATIVO		<u>230.223</u>	<u>120.065</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simpala S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em reais mil)

		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PASSIVO CIRCULANTE	Notas	<u>72.825</u>	<u>28.045</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		69.909	27.434
Depósitos a prazo	10	69.609	27.434
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	300	-
Outras obrigações		2.916	611
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	13.1	82	25
Fiscais e previdenciárias	13.1	458	162
Diversas	13.2	2.376	424
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>152.384</u>	<u>89.499</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		152.384	89.499
Depósitos a prazo	10	149.572	83.974
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	-	266
Instrumentos elegíveis ao capital	12	2.812	5.259
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.014</u>	<u>2.521</u>
Capital		14.051	10.051
De domiciliados no País	15.1	14.051	10.051
Reservas de lucros	15.2	-	496
(-) Prejuízos acumulados	15.3	(9.037)	(8.026)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>230.223</u>	<u>120.065</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simpala S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto prejuízo por ação)

	Notas	31/12/2023		31/12/2022
		Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>19.726</u>	<u>33.691</u>	<u>23.716</u>
Operações de crédito	18.1	19.289	32.950	23.584
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18.1	437	741	132
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(24.520)</u>	<u>(44.440)</u>	<u>(30.352)</u>
Operações de captação no mercado	10.d	(14.748)	(23.590)	(12.674)
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito	6.e2	(9.772)	(20.850)	(17.678)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(4.794)	(10.749)	(6.636)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>2.362</u>	<u>9.498</u>	<u>(5.976)</u>
Receitas de tarifas bancárias	18.2	2.779	5.206	3.442
Despesas de pessoal	19.1	(3.756)	(5.742)	(1.836)
Outras despesas administrativas	19.3	(5.777)	(12.638)	(9.288)
Despesas tributárias	19.2	(930)	(2.088)	(981)
Outras receitas/despesas operacionais	18.3	10.046	24.760	2.687
RESULTADO OPERACIONAL		(2.432)	(1.251)	(12.612)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(3)	(44)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E DAS PARTICIPAÇÕES		(2.435)	(1.295)	(12.612)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>988</u>	<u>(213)</u>	<u>5.677</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social	14	823	(2.615)	(81)
Imposto diferido	7	165	2.402	5.758
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		<u>(1.447)</u>	<u>(1.508)</u>	<u>(6.935)</u>
Prejuízo líquido por ações		(0,103)	(0,107)	(0,689)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simpala S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil)

	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO	(1.447)	(1.508)	(6.935)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO	(1.447)	(1.508)	(6.935)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simpala S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro 2023.

(Valores expressos em reais mil)

	Reserva de lucros			Prejuízo acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Estatutária		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>8.651</u>	<u>25</u>	<u>471</u>	<u>(1.091)</u>	<u>8.056</u>
Aumento do capital social	1.400	-	-	-	1.400
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(6.935)	(6.935)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>10.051</u>	<u>25</u>	<u>471</u>	<u>(8.026)</u>	<u>2.521</u>
Aumento do capital social	4.000	-	-	-	4.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(1.508)	(1.508)
Destinação reservas	-	(25)	(471)	496	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>14.051</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.037)</u>	<u>5.014</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	<u>13.051</u>	<u>25</u>	<u>471</u>	<u>(8.086)</u>	<u>5.461</u>
Aumento do capital social	1.000	-	-	-	1.000
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(1.447)	(1.447)
Destinação reservas	-	(25)	(471)	496	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>14.051</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.037)</u>	<u>5.014</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simpala S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil)

	Semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido ajustado	7.438	19.750	(4.165)
Prejuízo do semestre e exercício	(1.447)	(1.508)	(12.612)
Ajuste ao Prejuízo Líquido do semestre			
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(825)	2.615	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.772	20.850	8.360
Depreciação e amortização	103	195	87
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(165)	(2.402)	-
Variação de Ativos e Obrigações			
(Aumento)/Redução dos Ativos			
Operação de crédito	(26.406)	(48.486)	(32.462)
Outros créditos	(38.461)	(71.162)	(9.299)
Outros valores e bens	(4.351)	(4.121)	(1.524)
Aumento/(Redução) dos Passivos			
Depósitos a prazo	63.307	107.773	41.360
Recursos de aceites e emissão de títulos	18	35	22
Outras obrigações	1.478	2.305	(688)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações	3.023	6.094	(6.756)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.062)	(3.843)	(81)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	1.961	2.251	(6.837)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Baixa de imobilizado de uso	3	3	-
Aquisição de imobilizado de uso	(193)	(234)	(393)
Aquisição de intangível	-	(3)	(2)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(190)	(234)	(395)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Instrumentos elegíveis	(595)	(2.447)	5.259
Integralização e aumento de Capital	1.000	4.000	1.400
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	405	1.553	6.659
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.176	3.570	(573)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício	5.412	4.018	4.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício	7.588	7.588	4.018

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Simpala S.A., Crédito, Financiamento e Investimento (“Simpala CFI”) é uma empresa de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil – Bacen a operar em 23 de dezembro de 2019, tornando-se operacional no exercício 2020, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (RS).

O foco de atuação da Simpala CFI é o financiamento de veículos usados e consignado público, atuando no estado do RS, dos quais representam atualmente cerca de 34,39% e 56,45% das operações, atuando em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

2. BASE PARA APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 3. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil – Bacen e do Conselho Monetário Nacional – CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Adicionalmente, estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.910/21, Resolução BCB nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20.

Estas demonstrações contábeis apresentam os valores relativos ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023, tendo como comparativo o período referente ao final do exercício imediatamente anterior para as informações patrimoniais, e comparativo com o mesmo período do exercício anterior para as demais informações, conforme o Art. 42, incisos I e II, da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

A Administração está avaliando os efeitos da Resolução CMN no 4.966/2021, que estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do Cosif para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do Cosif, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o final de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo Bacen para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas demonstrações contábeis serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.

Foram emitidos diversos pronunciamentos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relativos à convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais, sendo que somente alguns foram normatizados pelo Bacen e CMN, os quais foram atendidos integralmente pela CFI.

. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- Resolução nº 3.566/08 do Conselho Monetário Nacional (CMN) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1));
- Resolução CMN nº 3.604/08 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2));
- Resolução CMN nº 4.636/18 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1));
- Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1), emitido pelo CPC, aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo Bacen;
- Resolução CMN nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016;
- Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
- Resolução CMN nº 4.534/16 – Ativo Intangível;
- Resolução CMN nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado; e
- Resolução CMN nº 4.748/19 – Mensuração a Valor Justo (CPC 46).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis.

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam ativos, passivos, receitas e despesas aplicáveis a Simpala CFI. Os resultados reais podem diferir do julgamento da Administração sobre as estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

As demonstrações contábeis foram preparadas em mil de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a sua moeda de apresentação.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria Executiva em 07 de maio de 2024.

3. ESTIMATIVAS, JULGAMENTOS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, fez-se estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Resolução CMN nº. 2.682/99 e legislação complementar. O montante constituído é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação.

(b) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As receitas geradas pela Simpala CFI estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando a Simpala CFI possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário da Simpala CFI é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pela Simpala CFI para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pela Simpala CFI que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais; e
- (iii) alterações nas taxas de juros.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS

(a) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são apresentadas pelo valor presente, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

(b) Disponibilidades:

Representados por disponibilidades em moeda nacional e depósitos bancários disponíveis, e ainda por investimentos com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias, contados da data de aquisição, e que apresentem alta liquidez e insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

Os títulos de renda fixa foram registrados pelo valor de aplicação ou de aquisição, acrescido de rendimentos incorridos até a data do balanço. Os valores destes ativos, quando aplicável, foram deduzidos de provisão para ajuste ao valor de mercado.

(d) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, do nível “A” (mínimo) até “H” (máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução CMN nº 2.682/99 e legislação complementar. O montante constituído é considerado pela Administração suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação.

(e) Ativo Permanente:

No imobilizado estão registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens, como segue: Instalações, Móveis e Equipamentos e Sistema de Processamento de Dados - 20%.

A Administração da Instituição entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, estão registrados os valores relativos a Softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - 20%.

(f) Outros Ativos e Passivos:

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, (pro rata dia), e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores de realização, deduzidos das despesas a apropriar, ou por valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas, (pro rata dia).

(g) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissões de Títulos:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

(h) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Instituição tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(i) Provisão para Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil ao ano. A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 15%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda.

Os ativos fiscais diferidos créditos tributários são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

(j) Redução ao valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros “*impairment*” é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

A Simpala S.A. – CFI, não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível em 30 de junho de 2023.

(k) Contingências

A Simpala S.A. – CFI segue os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/2009, tendo como base o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, somente quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, normalmente representado pelo trânsito em julgado da ação, somente assim são reconhecidos como ativo.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

(l) Resultado por ação

Lucro ou (prejuízo) por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital, integralizado na data do balanço.

(m) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

5. DISPONIBILIDADES

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, é composto nesta data-base pelos seguintes montantes:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
a) Disponibilidades	<u>66</u>	<u>186</u>
Disponibilidades em moeda nacional	66	186
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
b) Aplicações Interfinanceiras de liquidez (a)	<u>7.523</u>	<u>3.832</u>
Aplicações no mercado aberto	7.523	3.832

(a) As operações compromissadas (posição bancada – vendas a liquidar) são realizadas com acordos de livre movimentação e atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Descrição	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em compromissadas	<u>7.523</u>	<u>3.832</u>
Posição de bancada	7.523	3.832
Letras financeiras do tesouro	7.523	3.832

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe sobre critérios para a classificação das operações de crédito, assim como para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em critérios de avaliação de risco de clientes/operações e atrasos. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir.

(a) Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

Setor privado	31/12/2023		31/12/2022	
CDC – Crédito Direto ao Consumidor	3.137		10.735	
Crédito Pessoal	1.179		2.042	
Capital de Giro	8.093		4.939	
Consignado	76.407		38.174	
Financiamento de Veículos	46.548		50.867	
Subtotal	135.364		106.757	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.595)		(14.624)	
Total	119.769		92.133	
Parcela de curto prazo	55.332		42.012	
Parcela de longo prazo	64.437		50.121	

(b) Diversificação da carteira por setor de atividade

Setor Privado	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
Indústria	86	0,06	40	0,04
Comércio	340	0,25	1.006	0,94
Serviços	8.312	6,14	5.786	5,42
Pessoa física	126.626	93,55	99.925	93,60
Total	135.364	100,00	106.757	100,00

(c) Diversificação da carteira por vencimento (por parcelas)

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	9.045	6,68	7.475	7,01
A vencer até 3 meses	16.314	12,05	13.069	12,24
A vencer de 3 a 12 meses	39.688	29,32	42.601	39,90
A vencer de 1 a 3 anos	51.669	38,17	30.637	28,70
A vencer de 3 a 5 anos	13.474	9,96	9.789	9,17
A vencer de 5 a 15 anos	5.174	3,82	3.186	2,98
Total	135.364	100,00	106.757	100,00

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Diversificação da carteira por nível de concentração (por clientes)

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores clientes	7.257	5,36	3.956	2,87
50 seguintes maiores clientes	7.208	5,33	5.618	6,06
100 seguintes maiores clientes	8.571	6,33	6.795	7,22
Demais clientes	112.328	82,98	90.388	83,85
Total	135.364	100,00	106.757	100,00

(e) Movimentação da Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

1) A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
(=) Saldo inicial	(17.596)	(14.624)	(6.263)
(-) Constituição	(9.772)	(20.850)	(17.678)
(+) Reversão	-	201	-
(+) Recuperação	1.278	1.441	228
(+) Créditos baixados para prejuízo	10.495	18.237	9.089
(=) Saldo final	(15.595)	(15.595)	(14.624)
Parcela de curto prazo		(9.715)	(9.169)
Parcela de longo prazo		(5.880)	(5.455)

2) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito:

	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos	(2.595)	(5.679)	(3.648)
Financiamentos	(7.177)	(14.970)	(14.030)
	(9.772)	(20.649)	(17.678)

Em atendimento às Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é feito com base nos níveis de risco das operações de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023, o risco da carteira de crédito estava assim distribuído:

Nível de risco	% Provisão	31/12/2023		31/12/2022	
		Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
A	0.5	108.768	(544)	70.021	(350)
B	1	3.453	(34)	7.127	(71)
C	3	3.524	(106)	6.365	(191)
D	10	2.297	(230)	3.676	(368)
E	30	2.008	(602)	3.381	(1.014)
F	50	1.180	(590)	3.037	(1.519)
G	70	2.150	(1.505)	6.796	(4.757)
H	100	11.984	(11.984)	6.354	(6.354)
Total		135.364	(15.595)	106.757	(14.624)
Parcela de curto prazo		65.047	(9.715)	51.181	(9.169)
Parcela de longo prazo		70.317	(5.880)	55.576	(5.455)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

Foram recuperados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 créditos no montante de R\$ 1.441 e R\$ 228, respectivamente, registrados na rubrica de receita de operações de crédito.

Renegociação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram renegociados créditos no montante de R\$ 25 e R\$ 490, respectivamente.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Descrição	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos tributários (a)	11.053	8.651
Impostos e contribuições a compensar (b)	1.957	636
Adiantamentos a fornecedores	647	132
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão (c)	79.514	9.473
Comissões	71	69
Deságios operações de crédito	1.977	-
Créditos diversos	687	2.150
Outros	22	25
Total	<u>95.928</u>	<u>21.136</u>
Parcela de curto prazo	36.356	4.889
Parcela de longo prazo	59.572	16.247

(a) Em 31 de dezembro de 2023, foram constituídos créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis na base de cálculo para determinação do imposto de renda e contribuição social, conforme suas bases geradoras:

Base para diferimento	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>
Descrição dos itens do diferimento	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito	6.908	4.145	11.053	8.651
Total	<u>6.908</u>	<u>4.145</u>	<u>11.053</u>	<u>8.651</u>

Descrição	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
(=) Saldo inicial	10.888	8.651	2.893
(+) Constituição	165	2.402	5.758
(=) Saldo final	<u>11.053</u>	<u>11.053</u>	<u>8.651</u>

Foram constituídas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 diferenças temporárias sobre a os créditos tributários no montante de R\$ 2.402 e R\$ 5.758, registrados na rubrica de ativo fiscal diferido. Nos exercícios não há ativos fiscais não reconhecidos nas posições contábeis da instituição.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Expectativa de realização

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2023, sendo o valor presente apurado com base na taxa Selic.

	Bases		Ativo
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal
Em 2024	9.224	8.236	3.690
Em 2025	8.577	6.838	3.431
Em 2026	6.656	4.738	2.662
Em 2027	3.175	2.018	1.270
Total	27.632	21.830	11.053

(b) Impostos e contribuições a compensar referem-se as estimativas de IRPJ e CSLL recolhidas até dezembro de 2023 no montante de R\$ 1.228 e saldos a compensar de IRPJ e CSLL apurados pelos benefícios da Lei nº 11.196/05 no montante de R\$ 764 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 289 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Direitos creditórios adquiridos de aproximadamente 10.000 cotistas dos grupos de consorciados administrados pela Simpala Consórcios referente a cessão das taxas de administração, negociados com taxas que variaram de 2,10 % a 2,30 % a, sendo que até agosto de 2023 as receitas advindas destas operações foram reconhecidas na data de aquisição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram adquiridos direitos creditórios no montante de R\$ 96.477 e no exercício de 2022 o montante de R\$ 9.473, gerando receitas no montante de 2.554 no 2º semestre e R\$ 14.551 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.711 em 31 de dezembro de 2022). Da receita de R\$14.551 apurada no exercício de 2023 (R\$ 2.544 no segundo semestre), R\$13.599 (R\$ 1.592 no segundo semestre) refere-se ao reconhecimento de receitas de tais operações na data de aquisição, conforme Nota explicativa 18.3.

8. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outros valores e bens	6.271	2.150
Despesas antecipadas na colocação de CDB's	1.468	786
Comissões a diferir	4.425	502
Outras despesas antecipadas	378	692
Ativos não financeiros	-	170
Parcela de curto prazo	1.243	695
Parcela de longo prazo	5.028	1.455

9. PERMANENTE

	Móveis instalações e equipamentos de Uso	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	247	187	126	560
Aquisições	22	77	135	234
Baixas	(7)	-	-	(7)
Depreciação	(93)	(19)	(47)	(159)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2023	169	245	214	628
Custo	334	268	307	909
Depreciação acumulada	(165)	(23)	(93)	(281)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2023	169	245	214	628

Outros ativos intangíveis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Total
Saldo inicial	68
Aquisição	3
Amortização	(32)
Semestre findo em 30 de junho de 2023. Em 31 de dezembro de 2023.	39
Custo	170
Amortização	(131)
Saldo contábil, líquido	39

10. DEPÓSITOS

(a) Composição por vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
	Total	Total
Vencimentos		
Até 3 meses	13.840	-
De 3 a 12 meses	55.769	27.434
De 1 a 3 anos	149.572	83.974
Total	219.181	111.408
Parcela de curto prazo	69.609	27.434
Parcela de longo prazo	149.572	83.974

(b) Composição por segmento de mercado

	31/12/2023	31/12/2022
	Total	Total
Composição		
Pessoas físicas	1.131	1.939
Pessoas jurídicas	218.050	109.469
Total	219.181	111.408

(c) Concentração por depositantes

Concentração	31/12/2023	31/12/2022
10 maiores captações	218.961	110.887
Demais captações	220	521
Total	219.181	111.408

(d) Despesa com operações de captação no mercado

Descrição	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Depósitos a prazo	(12.171)	(20.623)	(12.024)
Letras de câmbio	(18)	(35)	(26)
Letras financeiras	(272)	(568)	(455)
Fundo garantidor de créditos	(2.287)	(2.363)	(86)
Total	(14.748)	(23.589)	(12.591)

Os depósitos a prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, captados através de CDB apresentam taxas pré-fixadas que variam de 9,80% a.a. a 15,15% a.a. e taxas pós-fixadas entre 102 % e 147% da variação do CDI. As captações com taxas pré-fixadas representam 60,76% do total das captações a prazo e, as com taxas pós-fixadas representam 39,24%.

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Composição por vencimento – Letras de Cambio

Vencimentos	31/12/2023		31/12/2022	
	Total		Total	
De 3 a 12 meses	300		-	
Acima de 12 meses	-		229	
Total	300		229	
Parcela de curto prazo	300		-	
Parcela de longo prazo	-		229	

O Recursos de Aceites e Emissão de Títulos no montante de R\$ 300 com vencimento até abril de 2024 com taxa média de juros pré-fixado de 12,82% a.a..

12. INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO CAPITAL

Composição por vencimento – Letras Financeiras

Vencimentos	31/12/2023		31/12/2022	
	Total		Total	
Acima de 12 meses	2.812		5.525	
Total	2.812		5.525	
Parcela de longo prazo	2.812		5.525	

Composição por segmento de mercado

Composição	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	Total	Total
Pessoas físicas	2.501	4.010
Pessoas jurídicas	311	1.249
Total	<u>2.812</u>	<u>5.259</u>

Os Instrumentos elegíveis ao capital no montante de R\$ 2.812 com vencimento até outubro de 2027 com taxas médias de juros pré-fixado de 18% aa a 20% a.a. As referidas letras estão concentradas em 8 clientes.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1. Fiscais e previdenciárias

Descrição	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos e contribuições a recolher	161	79
Encargos trabalhistas	154	83
Outros	143	-
Total	<u>458</u>	<u>162</u>

Parcela de curto prazo	458	162
------------------------	-----	-----

13.2. Diversas

Descrição	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para pagamentos a efetuar	435	169
Credores Diversos		
Fornecedores	821	210
Seguros sobre empréstimos	241	122
Comissões a pagar	459	-
Pagamentos de operações	391	-
Outras	29	(77)
Total	<u>2.376</u>	<u>424</u>

Parcela de curto prazo	2.376	424
------------------------	-------	-----

14. PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para o imposto de renda deve ser constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado, acrescido de 10% a título de adicional sobre a parcela excedente a R\$ 20 mil mensais, obedecendo aos preceitos estabelecidos pelas Leis nºs 8.981/95, 9.249/95 e 9.430/96.

A contribuição social sobre o lucro deve ser constituída à alíquota de 15%, na forma do artigo 17, da Lei nº 11.727/08.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.436)	(1.295)	(12.612)
Adições	9.772	20.850	17.678
Exclusões	(9.399)	(12.791)	(4.809)
Perdas dedutíveis conforme Lei nº 9.430/96	(8.773)	(11.834)	(4.183)
Lei nº 11.196 /05 – Incentivos Inovação e tecnologia	(425)	(756)	(626)
Reversão de provisão	(201)	(201)	-
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	(2.063)	6.764	257
Alíquota aplicável	40%	40%	41%
Programa de alimentação ao trabalhador (PAT)	-	67	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	823	(2.682)	(81)
Total	823	(2.615)	(81)

15. PATRIMONIO LÍQUIDO

15.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 14.051 (R\$ 10.051 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 14.050.675 ações ordinárias, todas nominativas, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 25 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 3.000, mediante a subscrição particular de 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias no valor de R\$ 1,00 (um real). A homologação do aumento de capital pelo Bacen ocorreu em 31 de março de 2023.

Em 13 de novembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 1.000, mediante a subscrição particular de 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias no valor de R\$ 1,00 (um real). A homologação do aumento de capital pelo Bacen ocorreu em 1º de dezembro de 2023.

15.2. Reserva de Lucros

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de reservas R\$ 496, foi destinado para a conta de lucro ou prejuízo acumulados. Conforme disposição estatutária art. 15.

15.3. Lucros ou prejuízos acumulados

A Instituição apurou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ (1.508) e (6.935) em 2022, e um saldo acumulado de R\$ (9.018) em 31 de dezembro de 2023. O lucro líquido apurado conforme aprovado na última AGE (13/11/2023) terá as seguintes destinações, 5% para reserva legal até o limite de 20% do capital social, 1% de dividendo mínimo obrigatórios para os acionistas, o saldo remanescente poderá ser destinado conforme deliberação da Diretoria para reserva de investimentos. Os prejuízos acumulados serão amortizados conforme legislação vigente.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**16.1. Ativos contingentes**

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

16.2. Perdas prováveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há nenhuma ação classificada pelos assessores legais da Simpala CFI classificada como de perda provável.

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as ações de natureza cíveis envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, estão compostas a seguir:

Descrição	2023	2022
Processos cíveis	1.071	734
Total	1.071	734

17. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818 de 29/5/2020.

(a) A partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Ativo circulante e não circulante	608	608	1.613
Operações de Crédito	231	231	985
Outras despesas antecipadas	377	377	628
Simpala Serviços Financeiros	377	377	628
Passivo circulante e exigível a longo prazo	(686)	(686)	(3.131)
Letras Financeiras e CDB's	(686)	(686)	(3.131)
Pessoas Físicas			
Administradores	(375)	(375)	(1.882)
Pessoa Jurídica			
Coligadas	(311)	(311)	(1.249)
Receitas	977	14.676	2.816
Receitas de Operações de crédito	25	125	105
Receitas de direitos creditórios	952	14.551	2.711
Despesas	(622)	(1.938)	(2.543)
Despesas Administrativas	-	(215)	(369)
Despesas Captações no mercado	(272)	(568)	(192)
Despesas de comissões	(350)	(1.155)	(1.982)

(b) Remuneração dos administradores:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Foi definido no Estatuto Social da Simpala CFI o teto de remuneração do pessoal-chave da Administração no montante total por exercício de R\$ 600 mil.

A Simpala CFI não possui benefícios a longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

- (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve a aquisição de operações via cessão sem coobrigação junto à Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda., no montante de R\$62.091 mil (R\$7.211 em 2022) dos quais ainda figuram no saldo a receber registrado na rubrica de “Outros Créditos” no montante de R\$ 99.354, cujo agente de cobrança será a própria Simpala Lançadora. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, produzindo resultado no montante de R\$14.551mil (R\$ 2.711 mil em 2022).

18. RECEITAS

18.1. Receitas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Receitas sobre empréstimos	12.608	19.923	9.440
Receitas sobre financiamentos	5.405	11.586	13.916
Receitas de recuperação de crédito	1.276	1.441	228
Receitas financeiras	437	741	132
Total	19.726	33.691	23.716

18.2. Receitas de tarifas

Descrição	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Receita de tarifa bancária	2.740	4.936	3.058
Intermediação de seguros	39	270	385
Total	2.779	5.206	3.443

18.3. Outras receitas e despesas operacionais

Descrição	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Receita de cessão de crédito (a)	7.543	10.150	-
Receitas de direitos creditórios (b)	2.544	14.551	2.711
Outras rendas operacionais	62	302	63
Outras despesas operacionais	(103)	(243)	(87)
Total	10.046	24.760	2.687

- (a) Em 2023 foram cedidos através de cessões de operações de créditos sem coobrigação para Simpala Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, o montante de R\$ 64.617 mil no exercício e R\$ 47.369 mil no 2º semestre de 2023, gerando receitas de R\$ 10.150 mil e R\$ 7.543 mil, respectivamente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Receita referente aquisição de operações via cessão sem coobrigação de Direitos creditórios adquiridos de aproximadamente 10.000 cotistas dos grupos de consorciados administrados pela Simpala Consórcios referente a cessão das taxas de administração, negociados com taxas que variaram de 2,10 % a 2,30 % a.a, sendo que até agosto de 2023 as receitas advindas destas operações foram reconhecidas na data de aquisição. Da receita de R\$14.551 apurada no exercício de 2023 (R\$ 2.544 no segundo semestre), R\$13.599 (R\$ 1.592 no segundo semestre) refere-se ao reconhecimento de receitas de tais operações na data de aquisição.

Adicionalmente sobre o montante de receita reconhecidas no momento da operação, temos a seguinte composição:

	Exercício 2023	2o sem 2023
Resultado 2023 - cessões de contrato	14.551	2.544
Contratos cuja receita reconhecida antecipadamente em 2023	13.599	1.592
Contratos cuja receita reconhecida conforme o prazo do contrato	934	934
Outras receitas sobre cessão	18	18
Contratos cuja receita reconhecida conforme o prazo do contrato	934	934
Receita reconhecida antecipadamente	4.715	3.252
Receita referente ao exercício 2023	5.649	4.186
Contratos cuja receita reconhecida antecipadamente em 2023		13.599
Receita reconhecida antecipadamente em exercícios anteriores		2.496
Total receita reconhecida antecipadamente		16.095
Juros referentes a períodos anteriores a 2023		149
Juros referentes ao exercício 2023		4.715
Juros a apropriar 2024		6.532
Juros a apropriar 2025		3.828
Juros a apropriar 2026		871

19. DESPESAS OPERACIONAIS

19.1. Despesas de pessoal

	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Proventos (a)	(2.421)	(3.744)	(1.214)
Encargos	(715)	(1.084)	(381)
Benefícios	(566)	(830)	(223)
Outros	(55)	(84)	(18)
Total	(3.757)	(5.742)	(1.836)

- (a) Aumento de quadro funcional e pró-labore diretoria.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

19.2. Despesas tributárias

	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
PIS (1)	(108)	(251)	(111)
Cofins (1)	(665)	(1.547)	(685)
ISSQN (2)	(139)	(260)	(172)
Outros	(18)	(30)	(13)
Total	(930)	(2.088)	(981)

1- O principal fator pelo crescimento das contribuições sociais no exercício de 2023 foi o aumento significativo das receitas de R\$ 63.698 em dezembro de 2023 (e R\$ 29.932 em 2022);

2- Aumento das receitas de tarifas.

19.3. Outras despesas administrativas.

	31/12/2023		31/12/2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Serviços técnicos (1)	(2.085)	(3.489)	(2.033)
Comissões (2)	(518)	(2.986)	(3.724)
Processamento de dados (3)	(675)	(1.319)	(1.215)
Sistema financeiro	(1.466)	(3.008)	(1.440)
Propaganda e publicidade	(86)	(163)	(204)
Aluguéis	(159)	(285)	(75)
Outras	(788)	(1.388)	(597)
Total	(5.777)	(12.638)	(9.288)

(1) Referem-se, substancialmente, ao valor de assessoria técnica;

(2) Referem-se, substancialmente, pagamento de comissões e bônus a intermediários; e

(3) Referem-se, substancialmente, a aluguéis de equipamentos e licenças de software.

20. GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL**(a) Estruturas de Gerenciamento de Riscos e de Gerenciamento de Capital**

A Simpala S.A. – CFI gerencia os riscos inerentes aos seus negócios com base em diretrizes e está em linha com o que determina o Bacen, através da Resolução CMN nº 4.557/17. Suas políticas, procedimentos e modelos de gestão estão de acordo com a complexidade de suas operações, garantindo a conformidade e o cumprimento da legislação aplicável. O propósito do Gerenciamento de Riscos é identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de forma integrada, contribuindo de maneira efetiva na execução das atividades e respectivos controles internos.

O Gerenciamento de Capital é um processo contínuo de monitoramento, avaliação e planejamento de metas, da necessidade de capital para fazer face aos riscos, sempre considerando os objetivos da instituição.

(a.1) Risco de Crédito

O Gerenciamento de Risco de Crédito da Simpala CFI utiliza políticas de crédito específicas ao segmento de clientes da Simpala CFI, com metodologias compatíveis com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao Risco de Crédito da Instituição.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

(a.2) Risco de Mercado e Liquidez

O Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez da Simpala CFI utiliza práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento diário dos limites definidos através das sensibilidades e estresses, sendo compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e a dimensão da exposição ao Risco de Mercado da Instituição.

O Gerenciamento do Risco de Liquidez que determina que as instituições financeiras devam manter sistemas de controle estruturados em consonância com seus perfis operacionais, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiros e de capitais, de forma a evidenciar o Risco de Liquidez decorrente das atividades por elas desenvolvidas.

(a.3) Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional monitora os processos, riscos e controles da Simpala CFI e disponibiliza relatórios gerenciais que possibilitam: identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os Riscos Operacionais, considerando a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

(a.4) Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Risco de Capital é consoante com as melhores práticas de governança. A Simpala CFI visa reconhecer a realidade do mercado em um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnósticos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e independência dos processos.

Os relatórios relativos às estruturas de Gerenciamento de Riscos e do Gerenciamento de Capital encontram-se divulgados no sítio da internet em (www.simpalafinanceira.com.br).

21. RESPONSABILIDADE E COMPROMISSOS

O Banco Central do Brasil - Bacen, por meio das Resoluções nº 4.557/17, 4.955/21 e 4.958/21 instituiu a apuração do Patrimônio de Referência (PR). Portanto a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido vigente de 8% para os ativos ponderados pelo risco (RWA).

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio de referência (PR)	48.779	28.518
Patrimônio de referência nível I	48.779	28.518
Capital principal	47.130	24.379
Patrimônio de referência nível I	1.688	4.207
Ajustes prudenciais II – ativos intangíveis	(39)	(68)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	381.532	166.879
Risco de crédito	269.655	123.706
Risco operacional	111.877	43.173
Índice de Basileia	12,78%	17,09%

22. RESULTADO NÃO RECORRENTE

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve resultados classificados como não recorrentes.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, até a data de aprovação das demonstrações contábeis.

Flávio Augusto Degrazia Vianna
Diretor Presidente

Glauco Klug Vieira
Diretor

Pedro Henrique Flores
Diretor Operacional Financeiro

Valdecir Danquimaia Macedo
Diretor de Controladoria

Marco Aurélio Amaral da Rosa
CPF: 656.155.810-34
Contador CRC/RS 71.990/O-6

* *